

**Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Terras de Bouro, realizada em
21 de abril de 2020**

Aos vinte e um dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte, em videoconferência, através da plataforma *Microsoft Teams*®, participaram, na reunião da Câmara Municipal, os seguintes elementos que constituem o Executivo Municipal para o Quadriénio de dois mil e dezassete a dois mil e vinte e um: o Presidente da Câmara Municipal, Manuel João Sampaio Tibo e os vereadores, Adelino da Silva Cunha, Ana Genoveva da Silva Araújo, Paulo Alexandre Vieira e Sousa e Luís António de Sousa Teixeira, que participou através de chamada telefónica. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião pelas dez horas. ---

No período “antes da ordem do dia” o senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento aos senhores vereadores das decisões tomadas ao abrigo da delegação de competências da Câmara Municipal, bem como das decisões tomadas para o combate à pandemia provocada pela COVID-19, nomeadamente no período de estado de emergência recentemente prolongado até ao dia 2 de maio, por sua Excelência o Presidente da República. O estado de alerta municipal foi decretado até ao dia 30 de abril, sendo prolongado se tal se justificar. Assim disse:-----

Que foi publicado um edital relativo à inexistência de reuniões públicas até ao dia 30 de junho de 2020. -----

Que foram entregues aos centros sociais materiais de proteção individual, como máscaras, luvas, viseiras, batas e fatos de proteção.-----

Que o *Gerês Granfondo* foi adiado para o dia 6 de setembro, em virtude da inexistência de outra data disponível no calendário, a nível nacional, deste tipo de provas. O adiamento desta prova está associado à pandemia da COVID-19, não se procedendo ao seu cancelamento imediato pela importância que o mesmo tem para o território concelhio, aguardando-se o desenrolar da pandemia para nova decisão. -----

Que o Gabinete de Apoio ao Agricultor se encontra a disponibilizar os serviços para a submissão do pedido de apoio único, através de agendamento prévio e com todas as medidas preventivas. -----

Que a partir da próxima semana iniciarão iguais medidas para os restantes serviços municipais, ou seja, iniciar-se-á o atendimento aos munícipes através de agendamento prévio. -----

Que o torneio concelhio de futsal foi cancelado. -----

Que às sextas-feiras, entre as 15 e as 19 horas funcionará no Centro de Saúde a unidade móvel de rastreio ao Coronavírus.-----

Que na última semana o Presidente da direção dos Centros Sociais de Covide e de Vilar da Veiga, Sr. Padre Correia, contactou a Câmara Municipal solicitando apoio para a realização de testes aos funcionários e utentes dos respetivos lares em virtude de se ter confirmado a infeção de um utente do Lar de Covide. Os resultados dos testes efetuados,

assumidos pela Câmara Municipal, retornaram negatividade em todos os funcionários e utentes. -----

Que a GNR solicitou a colaboração da Câmara Municipal para apoio na realização de isolamento profilático de 4 elementos daquela força de segurança que contactaram com uma pessoa infetada. Este isolamento está a ser efetuado nas instalações da Pensão Rio Homem. -----

Que a Câmara Municipal, em articulação com as juntas de freguesia, se encontra a preparar a entrega de máscaras à população. -----

Relativamente à proposta apresentada, na anterior reunião de Câmara, pelo Sr. Dr. Paulo Sousa, do TBN, relativa ao apoio ao arrendamento referiu que foi enviado um ofício a todas as juntas de freguesia no sentido de se obter um número de habitações em arrendamento e consequentemente se apurar os custos que tal medida representará. Referiu ainda que, no âmbito do Regulamento Municipal de apoio à melhoria das condições de habitabilidade já se encontra prevista esta situação. Existe também um apoio ao nível central, o Porta 65 Jovem, onde diversos Terrabourenses se candidataram, com o apoio da Câmara Municipal, e estão a usufruir daquele apoio. Aquele regulamento será submetido à próxima Assembleia Municipal para efeitos de aprovação final. Prosseguiu dizendo que as famílias que perderam rendimentos fruto da pandemia poderão ter neste regulamento uma forma de apoio ao arrendamento. -----

Relativamente ao ponto 2 da ordem de trabalhos de hoje, também uma proposta do TBNP, referiu que o executivo em permanência votará contra a proposta pelos motivos que enumerou: -----

“Primeiro, porque a Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, no seu artigo 2.º, n.º 2, não permite as isenções totais ou parciais de quaisquer impostos previstos na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. Ora, a aplicação da proposta do senhor vereador refere a aplicação de uma bonificação à taxa do IMI, a anulação da Derrama e a devolução do IRS. Estas medidas estão impedidas pela lei que referi. -----

Referente ao ponto 2 todas as taxas e pagamentos já estão suspensas até 30 de junho. Ora, tratando-se de taxas reduzidas, avaliaremos mais à frente a eventual suspensão para o resto do ano. -----

Referente ao ponto 5 somos contra a suspensão do pagamento de março a setembro porque aliviaria hoje os comerciantes e colocá-los-ia a pagar estes meses todos num período posterior em acumulado com outros. O Executivo em permanência, conforme proposta prevista no ponto 10 da ordem de trabalhos, apresenta uma proposta de redução/isenção das rendas não habitacionais do Centro de Animação Turística da Vila do Gerês, do Bar da Marina de Rio Caldo e da Galeria dos Miliários, na Fronteira da Portela do Homem. Esta é efetivamente uma proposta de apoio aos comerciantes com rendas a liquidar ao município.-----

Quanto ao ponto 6 da proposta, esta avaliação já está a ser realizada com as diversas comissões de festas e promotores de eventos, bem como das festas concelhias. Naturalmente a realização das festas concelhias estarão condicionadas às indicações da Direção-Geral de Saúde.” -----

De seguida informou que o senhor Presidente da Assembleia Municipal enviou a todos os membros da Assembleia Municipal uma comunicação com a intenção de não realização das comemorações do 25 de abril, em Terras de Bouro, posição que contou com a solidariedade dos elementos do executivo em permanência. -----

De seguida o senhor Presidente da Câmara passou a palavra à Sra. Vereadora, Dra. Ana Araújo, para esclarecer sobre a rede de transportes, bem como sobre o retomar do ano escolar. -----

Usando da palavra a Sra. Dra. Ana Araújo disse: -----

“No que diz respeito aos transportes de emergência, que estão a circular em três linhas: ligação Moimenta – Braga; Gerês – Braga (passando por Rio Caldo e Valdozende) e a linha interna, do Gerês até Moimenta, tal como informei na Reunião de Câmara de 03 de abril, uma vez que estamos perante uma realidade muito dinâmica, ficou acordado avaliarmos a situação semanalmente. Informo que diariamente os operadores enviam o número de passageiros a circular e tem havido uma boa adesão. Os transportes estão a funcionar muito bem, cumprindo as regras de higiene e segurança, ou seja, os passageiros entram pela porta de trás e mantém o distanciamento social, só um terço do autocarro pode ser ocupado. -----

Era importante dar nota sobre este assunto. -----

No que à Educação diz respeito, farei uma breve resenha: -----

O Governo deu instruções para suspender as aulas presenciais a partir de 16 de março.

Já antes dessa data, Agrupamento de Escolas e eu decidimos cancelar todas as visitas de estudo, assim como as idas à piscina. -----

A maior parte das atividades da semana da leitura, agendada para 9 a 13 de março, foram canceladas, decorreram apenas as que envolviam só os alunos, as atividades que envolviam convidados, como tertúlias literárias e os saraus com os pais foram canceladas.

Desde essa data até então, todas as indicações que o Ministério da Educação vai dando, nós vamos seguindo. -----

A questão de fornecer a refeições aos meninos do Escalão A, assim como aos filhos profissionais de saúde também foi acautelada, tal como já havia transmitido aos Srs. Vereadores. -----

A Plataforma + Cidadania é dirigida aos alunos do 1º Ciclo do ensino básico, no entanto, já foi solicitado um esclarecimento sobre se podemos alargar a plataforma ao pré-escolar. Seria mais uma ferramenta para os meninos do pré-escolar, que nesta fase é tão importante. -----

Posto isto: -----

No dia 01 de abril enviei e-mail para o Sr. Diretor do AE de TB, mostrando a total disponibilidade do Município para apoiar, dentro do que fosse possível, a Escola e os alunos. Nesse mesmo e-mail, solicitei um apanhado dos recursos informáticos, ou melhor, um levantamento das necessidades existentes, de todos os alunos, ou seja, desde

pré-escolar até ao secundário, sendo que a responsabilidade do Município é só quanto ao pré-escolar e 1 ciclo. Contudo, Sr. Presidente transmitiu-me que dentro das possibilidades, não iríamos deixar nenhum aluno sem ter acesso aos meios informáticos.

No dia 07 de abril o Sr. Diretor enviou-me uma tabela provisória com esses dados. ----

No dia 14 de abril, voltei a lembrar a pertinência de termos esses dados em definitivo, pois o terceiro período tinha começado nesse mesmo dia. -----

No dia 20 de abril, domingo, o Sr. Diretor enviou ficheiro com os dados solicitados, mas apenas do pré-escolar e 1 ciclo. -----

Pela análise que fiz, com exceção de uma educadora que não deu resposta, mais de 90% meninos tem ou computador ou tablet ou smartphone, isto é, um dispositivo que lhes permita ter acesso às aulas e conteúdos virtuais. -----

É muito importante abrir aqui um parêntesis e referir o seguinte: o Município, neste caso eu, devo perceber até onde devo ir/intervir. A Direção da escola é quem melhor conhece a realidade educativa, são eles que recebem as orientações do Ministério da Educação, pelo que, cabe-lhes a eles definir um método, uma estratégia a seguir no que diz respeito às orientações que vão dar aos Srs. Professores, assim como averiguar se todos os alunos dispõe de meios para acompanhar esta nova realidade educativa. -----

Entendo, sim, que é importante mostrar ao AE a total disponibilidade do Município para apoiar e assegurar/acautelar que todos tenham acesso à Educação. É a Escola que tem que fazer um levantamento das necessidades e depois a Câmara Municipal, juntamente com o Agrupamento, encetará todos os esforços para responder a essas mesmas necessidades. Já emprestamos tablets, temos computadores no espaço internet que podemos reformatar, comprar camaras para os que não tem, estamos a disponibilizar transporte para levar livros a casa dos alunos e tudo o que precisarem é só entrar em contacto comigo. -----

Mas também é muito importante referir que se reunidos estes esforços, autarquia e agrupamento, no limite, não conseguirem chegar a todos com os equipamentos de que dispomos, o Município, tal como Sr. Presidente me transmitiu, comprará o material para emprestar aos alunos. Não podemos deixar que os mais desfavorecidos não fiquem em pé de igualdade. Agora é preciso mencionar expressamente que a responsabilidade não é nossa e teremos de duplicar uma despesa, quando o governo não o pretende fazer no próximo ano letivo! -----

E depois também é essencial definir um critério para o empréstimo dos equipamentos ou se é para todos os que não tem dispositivo que permita aceder às aulas. No fundo, é importante não criar injustiças. O Dr. Paulo Sousa fez a seguinte Proposta, no dia 11 de abril, na página FB de TBNP: -----

“Que sejam apoiados os estudos e com equipamentos informáticos e a necessária internet, todos os alunos do nosso concelho para que possam acompanhar o ano letivo à distância.” -----

Uma proposta demasiado generalista, que não define critério de atribuição. Para os de Escalão A? Para todos? É que depois a informação interna para a compra tem de estar devidamente fundamentada. E se há pais que, entretanto, compraram e depois veem que município facultou? Tudo isto deve ser pensado e acautelado. -----

Continuando com as informações, o 3º período começou no dia 14 abril. As aulas através RTP memória começaram ontem, dia 20 de abril. -----

Tenho informação que professores estão em articulação com os pais e alunos, dando orientações e trabalhos para desenvolverem e que tudo está a correr dentro do expectável.

Também vos quero transmitir que Ministério da Educação já tomou medidas que depois voltou atras, nomeadamente quando chegou a falar que notas do 2º período poderiam ser as finais e recuou. É uma realidade muito dinâmica e instável, pelo que é normal que isso aconteça e todos devemos compreender, pois ninguém estava preparado para uma Pandemia. -----

Relativamente ao futuro, até ver, 1º ciclo, 2º ciclo, 3º ciclo e secundário, aulas manter-se-ão todas à distância. Colocou-se a hipótese, no que diz respeito aos alunos do 11º e 12º anos, de poderem retomar parcialmente as aulas presenciais durante o mês de maio. -----

Ainda não é certo, contudo, temos de estar preparados para o caso de vir a acontecer. -

Face a isso, no dia 17 de Abril enviei um email ao AE a solicitar que se recebessem instruções do Ministério da Educação me comunicarem, de modo a se poder organizar o transporte desses alunos até ao estabelecimento de ensino. É importante a comunicação ser tempestiva, para evitar falhas. Pedi o envio do calendário das aulas para ajustar o transporte às necessidades. Terá de ser acautelado distanciamento social no transporte. -----

Pelo que tenho depreendido, este 3º período terá se ser levado da melhor forma, contudo, temos de começar a pensar seriamente no início do próximo ano escolar e colocar a hipótese de que poderemos continuar com o ensino à distância. Já alertei Escola para isso, para evitar falhas e haver alunos sem meios para acederem às aulas. Agir enquanto há tempo, já diz o ditado. -----

Em suma, o Município de Terras de Bouro, desde que o Governo decretou a suspensão das aulas presenciais, com efeito a 16 de março, entrou em contacto com o Agrupamento de Escolas de Terras de Bouro, na pessoa do Diretor, apresentando a sua total disponibilidade para apoiar os estudantes com maior dificuldade em acompanhar o ensino à distância. Como Vereadora da Educação, entendo que é fundamental inverter desigualdades no acesso à internet e equipamentos tecnológicos junto dos alunos mais vulneráveis, acautelando que todos tenham as mesmas ferramentas para se adaptarem a esta nova realidade educativa. -----

O Município está a assumir um trabalho de equipa junto do AE de TB, de forma a garantir que todos os alunos tenham acesso às plataformas de ensino à distância. A Câmara Municipal disponibilizou-se a fornecer equipamentos e pacotes de Internet às crianças que vivem numa conjuntura mais desfavorecida. Nesse seguimento, foi

solicitado ao AE de TB que fizesse um levantamento dos alunos que não possuem computador ou Internet, de modo aferir quais os recursos informáticos necessários. Já emprestamos alguns tabletes, a Escola tem na sua posse 32, e aguardamos que o AE nos informe quais as necessidades que tem mais para suprir.” -----

Retomando a palavra o senhor Presidente questionou se algum dos senhores vereadores desejava usar da palavra. -----

Usou da palavra o senhor vereador, Dr. Paulo Sousa, para manifestar o seu pesar pelo falecimento do Senhor José Augusto Capela, fundador do Núcleo da CVP do Gerês. ---

De seguida referiu ter duas propostas para apresentar, uma relativa ao apoio aos estudantes e outra com a distribuição de máscaras pela poluição. No entanto com o esclarecimento da Sra. Vereadora, **que se antecipou,** que referiu que cerca de 10% dos alunos não teriam condições para proceder ao ensino à distância. Assumiu que o trabalho da senhora vereadora está feito, no entanto, entende que a melhor proposta seria emprestar equipamento informático aos alunos necessitados. -----

Retomando a palavra a Sra. Vereadora esclareceu que foram solicitados os dados ao Agrupamento de Escolas, sendo que até ao momento, só foram fornecidos os dados do pré-escolar e do 1.º ciclo. O Município para agir e eventualmente comprar equipamentos necessita de dados concretos e fiáveis, pois adquirir computadores não é a mesma coisa que comprar canetas. O Município está neste momento a aproveitar o que existe e já tem emprestado tabletes. -----

Retomando a palavra o senhor Dr. Paulo Sousa referiu que a outra proposta tinha que ver com o fornecimento de máscaras sanitárias à população, louvando o facto de o Município já se encontrar a trabalhar nessa situação. -----

Relativamente à proposta apresentada na última reunião de câmara, o senhor vereador referiu que a proposta relativa ao IMI se refere a uma bonificação e não a uma isenção. Sobre a Lei n.º 6/2020, o Sr. Vereador referiu que se trata de uma lei especial que vem regulamentar os impostos do ano corrente, quando a proposta do TBNP se referia a impostos do próximo ano. -----

Relativamente à proposta de bonificação do IMI o senhor vereador referiu que é facilmente possível quantificar o valor da redução de receita, que aliás não será muito significativa. -----

Quanto à anulação da Derrama referiu que ela irá cair, sendo mais uma forma de apoiar as empresas. O mesmo se passará relativamente ao IRS. -----

Relativamente ao arrendamento efetivamente está previsto no regulamento da Habitação Condigna, no entanto não é claro quanto aos valores a apoiar. Prosseguindo esclareceu que o apoio que propunha era de 50 euros por mês, para um universo de cerca de 30 contratos de arrendamento, excluindo as habitações sociais do município. -----

Por fim referiu que já existem pessoas a passar por grandes dificuldades, questionando se já se estão a distribuir os cabazes alimentares. -----

Retomando a palavra o senhor Presidente informou que a distribuição dos cabazes está a decorrer através de um trabalho conjunto entre os serviços de ação social da Câmara

Municipal e o executivo das Juntas de cada freguesia. Os presidentes de junta estão no terreno e há famílias que já receberam mais de que uma vez o cabaz alimentar. Tal distribuição está a ser efetuada de forma criteriosa, de forma a que contemple os verdadeiramente necessitados. Prosseguindo, desafiou o senhor vereador a reportar à Câmara Municipal situações de carência que eventualmente tenham escapado aos serviços municipais, para que possa ser corrigida. -----

Retomando a palavra o senhor vereador questionou o papel da CLDS-4G no apoio às pessoas mais vulneráveis.-----

Voltou a usar da palavra o senhor Presidente para informar que a CLDS não está incumbida da distribuição dos cabazes alimentares. As suas funções nesta época de pandemia são a disponibilização de uma linha telefónica de apoio a toda a população do concelho, apoio ao nível da Entrega da Declaração de IRS e orientação no acesso às medidas excepcionais de apoio do Governo, face à Pandemia Covid-19, bem como reporte aos serviços de ação social de eventuais situações de vulnerabilidade. -----

De seguida manifestou a subscrição de todos os elementos da Câmara Municipal do voto de pesar apresentado pelo Sr. Dr. Paulo Sousa, pelo falecimento do Senhor José Augusto Capela. -----

Informou ainda que, ao nível do apoio aos alunos, a Câmara Municipal já está no terreno há algum tempo a avaliar as reais necessidades da comunidade escolar, tendo-se, inclusive, estabelecido contactos com diversas empresas para eventual fornecimento. --

Por fim, referiu que a Câmara Municipal está inequivocamente ao lado dos empresários e comerciantes do concelho. A questão da proposta do Sr. Paulo Sousa, com impacto no ano de 2021 “faz sentido”, mas haverá a necessidade de se manter a coerência das medidas a tomar. *“Desde 2018 que a definição das taxas do IMI, da Derrama e do IRS foram sempre as mesmas. A situação atual poderá levar a uma alteração da proposta, no entanto, deveremos também aguardar pelas decisões que serão tomadas pelo governo nestas matérias.”* Disse. -----

Usou da palavra o Senhor Vereador, Dr. Luís Teixeira, para manifestar o seu pesar pelo falecimento de Pedro Barroso, *“homem amigo do nosso concelho, que sempre foi, e atento às iniciativas da CALIDUM”*. Este voto de pesar que foi subscrito pelos restantes elementos do executivo municipal. -----

De seguida questionou se mais alguém desejava usar da palavra, o que não se verificou.

Sendo onze horas e nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Câmara Municipal deu por encerrada a reunião da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da lei. -----